

Onde está a psicologia brasileira? *Apartheid*, colonialismo e resistência na Palestina e no Brasil

**Where is the Brazilian psychology?
Apartheid, colonialism e resistance in Palestine and Brazil**

José das Graças Silva Junior
Universidade de Brasília (Brasil)

Resumo. Este trabalho tem como objetivo apresentar a realidade palestina, no contexto de mais de dois anos da ofensiva genocida do estado de israel sobre seus territórios. A partir desse prisma, se buscou realizar uma análise crítica das relações entre *apartheid* e colonialismo, no contexto brasileiro e no contexto palestino. A partir das contribuições de autores como Oswaldo Yamamoto, Achille Mbembe, Frantz Fanon e Aimé Césaire, são apontadas as similaridades entre as realidades de ambos os povos e é apontada a ausência da psicologia nessa discussão, chamando a profissão para desempenhar um papel relevante na compreensão e transformação desse contexto sociocultural complexo.

Palabras clave: Apartheid, Brasil, colonialismo, Palestina, psicologia.

Abstract. This paper aims to present the Palestinian reality in the context of more than two years of genocidal offensive by the israeli state on Palestinian territories. From this perspective, we sought to conduct a critical analysis of the relations between apartheid and colonialism in the Brazilian context and in the Palestinian context. Based on the contributions of authors such as Oswaldo Yamamoto, Achille Mbembe, Frantz Fanon and Aimé Césaire, we point out the similarities between the realities of both countries and the absence of psychology in this discussion, calling on the profession to play a relevant role in understanding and transforming this complex sociocultural context.

Keywords: Apartheid, Brasil, colonialism, Palestine, psychology.

*Se as oliveiras conhecessem as mãos que as plantaram, seu
azeite se transformaria em lágrimas.* Mahmud Darwich

Introdução

Recentemente, no dia 7 de outubro de 2024, completou-se um ano da escalada do genocídio do estado de israel sobre a Palestina. Esse massacre do governo sionista israelense provavelmente vai se caracterizando como o

genocídio mais assistido e mais transmitido da história da humanidade, com apoio da mídia hegemônica mundial, em especial a brasileira. É possível ver determinadas situações que chamam a atenção de maneira assustadora, como sempre a tentativa de minimizar as violências, a tentativa de justificar determinadas atitudes cometidas pelo IDF, o exército israelense, sob a justificativa de que “é uma guerra”.

A política de apartheid que é realizada na região da Palestina, na região da Cisjordânia, na Faixa de Gaza, é algo muito chocante, muito nítido, muito patente. É possível perceber que os mais vitimados nas ações do governo israelense são civis, embora o governo israelense e a mídia hegemônica (especialmente no Brasil, pela sua ligação com as classes dominantes e o seu desejo de servir ao capital e à extrema direita), apontem essa violência como justificada porque, supostamente, é uma resposta (Abusidu, 2025). Contudo, quem morre nas ações colonialistas de israel são os civis palestinos, principalmente crianças (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights [OHCHR], 2024).

São chocantes e assustadoras as imagens que circulam na internet: crianças decapitadas, crianças amputadas, pessoas mortas, corpos estendidos nas ruas, destruição, um cenário de cidade fantasma. Enquanto isso, os soldados israelenses estão felizes, comemorando as ações. Não só os soldados, mas também as pessoas sionistas comemoram essas ações, se divertem, celebram, dançam sobre os cadáveres desses palestinos. Segundo um relatório produzido pela United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) com informações coletadas com o Ministério da Saúde em Gaza, entre o período de 7 de outubro de 2023 e 25 de março de 2025, o número de vidas palestinas perdidas ultrapassa os 50 mil, além de 113.704 palestinos que ficaram feridos como consequência direta das ofensivas do estado sionista (OCHA, 2025). Logo, não é possível afirmar de que apenas uma resposta quando um dos lados nitidamente sofre muito mais do que os outros.

É possível perceber em diversos documentos históricos, como os documentários “*Al-Nakba: The Palestinian Catastrophe*” (Al Jazeera, 2011; 2012) e “*Tantura*” (Schwarz, 2022) que o “conflito” não se iniciou no dia 7 de outubro de 2023, mas vem de mais de 75 anos de história. Inclusive, existe uma mistificação sobre o que acontece na Palestina a partir do uso de termos como “conflito”, pois “conflito é definido como a manifestação de incompatibilidade, desacordo ou dissonância entre pessoas, grupos ou organizações” (Costa & Martins, 2011, p. 1194). Ao utilizar-se desses termos, há uma busca por suavizar e mascarar a realidade, que é o massacre cometido contra o povo palestino.

Wakim Wakim, advogado e representante da ONG palestina para a defesa dos direitos dos internamente deslocados em israel, afirma que, “se a *Nakba* significa a expulsão dos cidadãos palestinos de suas terras e a desapropriação compulsória, então a *Nakba* começou muito antes de 1948” (Al Jazeera, 2011, s/p).

No documentário *Tantura*, em particular, é possível perceber a postura de ex-soldados israelenses se divertindo ao relembrar a violência, os assassinatos e o estupro de pessoas palestinas – e a completa falta de pudor ao falar sobre o assunto. Inclusive, um dos fatores mais impressionantes apresentados no documentário é que alguns desses soldados eram sobreviventes dos campos de extermínio nazistas (Schwarz, 2022). Mas o sadismo e a alegria com a morte dos palestinos não ficam presos no passado.

Mohamed Chahin, cirurgião ortopédico no hospital de Al-Shifa, ao falar sobre seus pacientes em uma entrevista ao jornal *Le Monde Diplomatique* no ano de 2019, descreveu o seguinte cenário, que lembra filmes de terror hollywoodianos:

Eles sofrem lesões profundas, que não víamos por aqui. Os israelenses usam balas explosivas que destroem o tecido muscular, as articulações e os nervos. Quando os atiradores não atiram para matar – no peito ou na cabeça –, atacam as pernas ou as partes mais sensíveis do corpo, para causar danos irreversíveis. Chega a parecer que fizeram curso de anatomia. Muitos dos manifestantes feridos acabam carregando uma deficiência pela vida toda, ou precisam de amputação, porque faltam recursos para tratá-los (Pironet, 2019, s/p).

Diversos vídeos em redes sociais (como o *TikTok*) mostram essa realidade: soldados israelenses rindo, brincando com bonecas, com roupas e itens de valor de pessoas palestinas que foram assassinadas ou que tiveram que abandonar suas casas. Afinal de contas, para os sionistas, aquelas pessoas são como animais – logo, não basta matar, é necessário tripudiar, vilipendiar, humilhar, desumanizar quaisquer resquícios de lembranças que sobrem das pessoas. Conforme Fanon (1961, p. 38):

Não basta ao colono limitar fisicamente – isto é, por meio da polícia e das forças militares – o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram o mundo colonizado. O nativo é declarado impermeável à ética: ausência de valores, mas também negação de valores. Ele é, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Nesse sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador que desfigura tudo o que tenha a ver com ética ou moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas.

Um comunicado feito à imprensa pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos revela que “colonos israelenses armados e mascarados estão atacando palestinos em suas

casas, atacando crianças no caminho para a escola, destruindo propriedades e queimando oliveiras, aterrorizando comunidades inteiras com total e completa impunidade” (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights [OHCHR], 2022, s/p).

O relato trazido no comunicado à imprensa supracitado apresenta uma questão particular e cruel da violência colonizadora dos sionistas. Bakr (2022) aponta que a oliveira, para os palestinos, tem um sentido de sorte, de bênçãos. Ela faz parte da história, da vida do povo palestino. É um símbolo do povo. O milenar ritual de colheita das azeitonas é preparado por toda a família, como um ritual ancestral. Um grande momento de trabalho que se torna, também, momento de confraternização, de alegria, de amor pela família e pela terra. A colheita é feita com muita alegria, com muitas canções, com muita festa. A oliveira:

Tornou-se símbolo de resistência e resiliência palestina e é considerada como identidade nacional desse povo, não apenas por ser a fonte de renda de grande parcela da população ou por ser uma árvore forte e suportar diversidades climáticas, mas por ter em seu solo raízes fincadas à terra, que assim como o povo palestino, resiste às mais difíceis circunstâncias (Bakr, 2022, p. 4).

Queimar essas oliveiras é uma maneira simbólica de destruir a ancestralidade do povo palestino. Como aponta Fanon (1961), na visão do colonizador, “os costumes do colonizado, suas tradições, seus mitos, sobretudo seus mitos, são a própria marca dessa indigência, dessa depravação constitucional” (p. 38).

Portanto, é necessário não só subjugar essas pessoas, matá-las e roubar suas terras, mas apagar tudo aquilo que as representa – semelhante ao que os estadunidenses fizeram com o santuário indígena *Tunkasila Sakpe Paha*, a Montanha dos Seis Avôs, que foi vilipendiada e transformada no monumento ao mau gosto chamado Monte Rushmore.

O projeto fascista e colonialista de israel se assemelha a diversos outros grandes projetos de expansão colonial, como o dos *afrikaners* na África do Sul do apartheid, dos britânicos até o século XX, do imperialismo estadunidense, do período colonial de países europeus como França, Bélgica, Holanda, entre outros (Beaklini, 2021; Moraes, 2023). No Brasil, além do período colonial e da ditadura empresarial-militar, o governo de Jair Bolsonaro resgatou esse ideal – não à toa o estreitamento de relações diplomáticas entre os dois países aconteceu nesse período, justamente por conta da aproximação ideológica.

As restrições de circulação e as barreiras feitas pelo governo israelense na região da Cisjordânia são propositais, para que haja uma separação cultural, uma desarticulação política e um esvaziamento dessa região (Gaiofatto, 2024). O colonizador dificulta o acesso e dificulta a permanência na região, até que as pessoas não aguentem ficar nessa

situação e decidam esvaziar essas terras. Tudo isso para facilitar que as pessoas israelenses invadam esses territórios e possam ocupá-los.

Correram durante este período, nas redes sociais, alguns anúncios de imobiliárias israelenses vendendo terrenos para resorts e condomínios fechados em territórios palestinos, como Gaza, chegando ao ponto de o próprio presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar planos de empreendimentos na região (Balbi, 2025; Fayyad, 2025; Singh, 2025). Esse é o objetivo: expulsar as pessoas dessas terras, para que esses colonizadores possam ocupar os espaços, ter as terras para si e, assim, realizar seu desejo de expansão predatória.

Os vídeos que circulam nas redes sociais de crianças israelenses comemorando a morte de crianças palestinas demonstram como o sionismo e a propaganda política do governo de israel está enraizada na sociedade israelense.

É um processo que gradualmente se tornou mais institucionalizado e explícito, com mecanismos introduzidos ao longo do tempo na lei e na prática para promover a supremacia judaica. Essas medidas acumuladas, sua penetração na legislação e na prática política, e o apoio público e judicial que recebem – todas formam a base para nossa conclusão de que a barreira para rotular o regime israelense como apartheid foi atingida (B'Tselem, 2021, s/p).

Recentemente, nas Olimpíadas de Paris 2024, tivemos atletas de israel competindo normalmente. Vários desses atletas tinham, antes da ida às Olimpíadas, visitado tropas da IDF – alguns, até, são soldados que assinaram os mísseis que foram lançados sobre o território de Gaza. Esses atletas não enfrentaram nenhum tipo de represália pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e puderam disputar as Olimpíadas.

Inclusive, vários atletas de origem árabe se recusaram a enfrentar atletas israelenses nas olimpíadas e foram eliminados por conta disso (Knoploch, 2024; Marques, 2024). Ou seja, as pessoas que não concordam com a postura violenta, colonizadora e genocida do povo sionista acabam sendo prejudicadas. Enquanto isso, as pessoas que concordam e que muitas vezes são não só cúmplices, mas agentes ativos desse genocídio, têm se beneficiado pela omissão, anuência e leniência desses órgãos reguladores e também da mídia hegemônica.

Nesse momento, ecoa em minha cabeça a pergunta feita por Wakim Wakim: "o que estamos fazendo para garantir que qualquer plano futuro, que poderia tornar-se um novo capítulo da Nakba, não vai ter sucesso?" (Al Jazeera, 2012, s/p).

Não há diferença entre o que é feito pelo Estado israelense na Palestina e o que os colonizadores e imperialistas, como os Estados Unidos, fazem e fizeram nos processos de colonização em torno do mundo. Inclusive, os Estados Unidos são justamente quem financiou e segue

financiando o genocídio, com US\$ 3,8 bilhões anuais para o fortalecimento militar da máquina genocida de Benjamin Netanyahu (Fiori, 2021).

Por mais que a mídia hegemônica e que os países da Europa, principalmente os Estados Unidos, tentem pintar esse cenário como um cenário de guerra, não existe uma guerra em que de um lado morrem 1.700 pessoas, aproximadamente, e do outro morrem mais de 50 mil pessoas (OCHA, 2025). O nome disso é extermínio, massacre, genocídio.

O apartheid significa não apenas segregação, mas a desumanidade da vida sob ocupação: espancamentos, tiros, assassinatos, execuções, linchamentos, toques de recolher, postos de controle militares, demolição de casas, despejos, deportações, desaparecimentos, arrancamento de árvores, prisões em massa, prisões prolongadas e detenções sem julgamento (Assi, 2023, s/p).

Onde o Brasil entra nessa história?

Metralhadora alemã ou de israel, estraçalha ladrão que nem papel (Racionais MCs, 1997)

O Estado brasileiro faz uso da tecnologia de guerra vinda de israel: sejam armamentos, carros blindados ou tecnologia de checkpoint (que é utilizada para reconhecimento facial), como forma de controle das massas e de perpetuação da violência das classes denominadas para com as classes trabalhadoras.

Uma dessas empresas, chamada Elbit, tem contratos com o governo brasileiro que resultaram em mais de 75 milhões de reais. Por exemplo, para a Copa do Mundo de 2014, o Brasil chegou a comprar drones produzidos por essa empresa, para fazer a segurança do espaço aéreo brasileiro. Tudo isso sob a justificativa de, assim, manter a segurança durante a competição. Esta empresa, a Elbit, que produziu os drones que foram comprados pelo governo brasileiro, foi acusada de ter produzido drones que, no mesmo ano de 2014, foram utilizados para assassinar 164 crianças palestinas (Lobão, 2023).

Durante o governo Bolsonaro, que se aproximou ideologicamente do Estado de israel, foram assinados 29 contratos com essa empresa Elbit e 65 contratos com a estatal israelense IAI (Lobão, 2023). Ou seja, as armas que são utilizadas para assassinar jovens na Palestina são as mesmas utilizadas para assassinar jovens no Brasil.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais, a Senappem, a população carcerária brasileira em dezembro de 2022 era de um total de 832.200 detentos, dos quais 642.638 estavam em celas físicas. Segundo esses mesmos dados, o déficit de vagas em presídios no Brasil é de 171 mil vagas, sendo três vezes maior do que toda a população carcerária da Alemanha (Corrêa, 2023). Quase 70% deste percentual é

composto por pessoas negras, sendo quase 63% do total de jovens entre 18 e 34 anos e 95% são homens.

Ainda segundo os dados do Senappen, das pessoas que estavam em celas físicas pelo Brasil até dezembro de 2022, 95,71% eram homens. Nos dois gêneros, pretos e pardos correspondiam a 67,22%. No que diz respeito às infrações cometidas, 39,86% das pessoas em regime fechado estavam presas por crimes contra o patrimônio; 27,75% se enquadravam na Lei de Drogas; e 15,77% haviam cometido crimes contra a pessoa (Corrêa, 2023, s/p).

A maioria dessas prisões são justificadas por dois fatores: pela obsessão da sociedade brasileira pela propriedade privada e pelo pretexto de uma suposta “guerra às drogas”. Isso resulta nesse comportamento de eterna violência, onde a polícia exerce a sua função principal, que é de controle de corpos e de proteção de propriedade privada, sempre à serviço da burguesia.

Nesse clima de constante insegurança, se cria a cultura das operações policiais, que geralmente são feitas em territórios de periferias e de favelas ao longo do Brasil inteiro. Essas ações policiais, sob o pretexto da “guerra às drogas”, levam à morte, ao encarceramento em massa de muitos homens negros, de muitos jovens. Uma vez mais em consonância com Fanon (1961):

Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder se interpõe uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de "desorientadores". Nas regiões coloniais, ao contrário, o policial e o soldado, por sua presença imediata, suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contato com o colonizado e o aconselham, valendo-se de coronhadas ou bombas de napalm, a ficar quieto. Vê-se que o intermediário do poder usa uma linguagem de pura violência. O intermediário não alivia a opressão, não encobre a dominação. Ele as exhibe e manifesta com a consciência tranquila das forças de segurança. O intermediário leva a violência para dentro das casas e do cérebro do colonizado (p. 34).

Inclusive, a morte e o extermínio de várias dessas pessoas acontece de maneira cruel: Ágatha Felix, a criança de 8 anos que perdeu a vida numa kombi porque um policial decidiu atirar em uma moto suspeita; João Pedro, o adolescente de 14 anos que foi morto na casa dos parentes durante uma operação policial; Ana Clara, criança de 5 anos que foi baleada por um policial na porta de casa; Ryan, a criança de 4 anos que foi baleada pela polícia e teve seus parentes ameaçados e coagidos durante seu enterro; Jhonata, o adolescente de 16 anos que levou um tiro na cabeça porque os policiais confundiram seu saco de pipocas com um saco de drogas; João Vitor, o jovem de 22 anos que foi morto porque andava com uma furadeira que também foi confundida com um fuzil; Rodrigo, o

homem de 26 anos que foi assassinado por portar um guarda-chuva e um canguru (suporte de carregar bebê junto ao corpo) enquanto ia buscar esposa e filho – os policiais pensaram ser um fuzil e um colete à prova de balas; entre tantos outros casos.

Todas essas pessoas, curiosamente, apresentam a mesma cor.

Em 2022, o Fórum da Segurança Pública apontou que 17 pessoas foram mortas por dia pelas polícias brasileiras, dando um total de 6.430 pessoas no ano inteiro. 80% dessas pessoas que foram mortas são pessoas negras, e 83% dessas pessoas são jovens entre 18 e 34 anos. Outro número alarmante é que 68% dessas pessoas foram assassinadas em ruas públicas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Ou seja, o extermínio dessas pessoas foi feito por diversas vezes em plena luz do dia, em ruas públicas, às vistas da população, com a justificativa de dano colateral de uma “guerra às drogas”. E aí, eu peço licença para que alguém que sabe muito mais do que eu sobre isso, possa apontar o que está em jogo.

Com a palavra, Achille Mbembe (2018):

Mas sob quais condições práticas se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação que opõe essa pessoa a seu ou sua assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder? (pp. 7-8).

Para fins de contraste: o argumento utilizado, principalmente, pela extrema-direita brasileira é que a violência policial é uma resposta, apontando que muitos policiais têm sido vitimados nessa “guerra às drogas”. Contudo, o próprio Fórum de Segurança Pública desmente essa alegação: 161 policiais morreram no Brasil no mesmo período. Além disso, enquanto apenas 18 policiais morreram em confronto nessa suposta guerra, metade desse total é de vítimas de autoextermínio (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Ou seja, o número de policiais que recorrem ao autoextermínio é imensamente maior ao número de policiais que morreram em confronto. Enquanto 18 policiais morreram em confronto, 6.430 pessoas foram mortas no mesmo período – sendo 80% delas, negras.

A radicalização fascista das polícias brasileiras incutiu na mente dos seus membros a ideia dessa “guerra à esquerda, ao comunismo, às drogas e à depravação moral” como se fosse, de fato uma guerra, onde é preciso matar ou morrer (Ricardo & Bueno, 2024, s/p.). Isso resulta no aumento da violência, no aumento da repressão, no aumento da imposição de autoridade através da violência, principalmente sobre os mais pobres e sobre a classe trabalhadora, resultando nesse cenário de genocídio da juventude negra que nós vivemos no Brasil.

Afinal de contas, quem é a classe trabalhadora brasileira? Quem são os mais pobres no Brasil? Qual é a cor da classe trabalhadora brasileira, em sua maioria? Qual é a cor da pobreza brasileira em sua maioria, se não negra?

É necessário esclarecer que a morte, apesar de inerente à humanidade, possui uma determinação social; apesar de o fim chegar para todos, este deve ser compreendido a partir de sua concretude histórica, com os meios dizendo da forma como se vive e se morre. [...] Em nosso caso, a morte na sociabilidade capitalista e capitalismo brasileiro dependente de gênese colonial e estruturas sociais classistas, racistas e patriarcais e como se desenvolve historicamente até a conjuntura atual (Costa & Mendes, 2021, pp. 89-90).

Entre janeiro e maio de 2023, o estado do Rio de Janeiro teve uma média de seis operações policiais por dia. É um número absurdo, chocante, mas completamente normalizado. Um recorde de operações policiais realizadas: 914, entre janeiro e maio de 2023 (Zarur, 2023). De alguma forma, isso foi normalizado pela população brasileira, foi incutido na mentalidade de um povo, foi visto como necessário.

Daí, a gente vê: os resultados são os “esculachos” (emprego de violência e comportamento rude) promovidos durante os enquadros pela polícia, a cultura de intimidação, de coação, que é especialmente voltado contra um tipo específico de pessoas – pessoas negras e/ou periféricas. Não são raras as vezes em que policiais, durante a abordagem, tentam incriminar pessoas para justificar suas ações, tentam forjar flagrantes, forjar confissões. É só mais uma faceta da violência policial no Brasil. As características da periferia brasileira, como a falta de acesso à moradia, a falta de acesso ao emprego digno, a falta de acesso a oportunidades, associadas com as repressões e violências das polícias, configuram as características do apartheid social brasileiro que nós vivemos.

É como Césaire (1954) aponta:

Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, porém relações de dominação e submissão que transformam o homem colonizador em peão, em capataz, em

carcereiro, em açoite, e o homem nativo em instrumento de produção. É minha vez de apresentar uma equação: colonização = coisificação (p. 24).

É aí que percebemos aproximação entre uma realidade e outra, entre o que se vive na Palestina e o que se vive no Brasil. Apesar de a Palestina enfrentar um colonialismo formal, com todas as suas particularidades, é possível comparar (com as devidas proporções) com a realidade brasileira, pois como diz Franz Fanon (1983), “todas as formas de exploração se parecem” (p. 103). Quatro milhões de pessoas vivem em área de risco no Brasil, de acordo com levantamento recente feito pelo Serviço Geológico do Brasil¹. São pessoas que não têm condições de ter uma habitação digna, que vivem sob o temor de deslizamentos e desastres naturais, sob o risco de perderem tudo o que têm – inclusive, a própria vida.

Estamos falando sobre pessoas na realidade brasileira que não conseguem ter o mínimo – uma moradia digna, uma certeza de que o lugar onde estão não vai ruir, de que a estrutura do lugar onde estão é segura para si e para os seus.

A cidade do colonizado [...] é um lugar mal-afamado povoado de homens mal-afamados. As pessoas ali nascem em qualquer lugar, de qualquer jeito. E as pessoas ali morrem em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de calçados, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade estendida no chão. É uma cidade de pretos (Fanon, 1961, pp. 35-36).

E a psicologia com isso?

Ecoando o questionamento de Silva (2023), me pergunto “como a Psicologia, que em sua formação tradicional não dá prestígio a essas discussões e temas que abarcam a maioria da população brasileira” (p. 27), se comportará diante dessas realidades. Aliás, não preciso me perguntar: o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP/DF) realizou ações e um encontro que visava discutir a questão palestina². Em novembro de 2023, o coletivo *Psimigra* escreveu a “carta aberta de psicólogas(os) pelo fim da violência contra o povo palestino”³. Alguns dos CRPs assinaram essa carta aberta, em conjunto com a Associação Brasileira de Psicologia Social, a Federação Nacional dos Psicólogos e a Frente Nacional pela Saúde dos Migrantes. Contudo, as ações não se estenderam para além disso.

¹ Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/01/05/quase-quatro-milhoes-de-brasileiros-vivem-em-13-mil-areas-de-risco-aponta-levantamento.ghhtml>.

² Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=FfwkKyHYGDo>.

³ Fonte: <https://psimigra.org/?p=29>.

Inclusive, cabe aqui uma pontuação. A função da psicologia, conforme apontado por Yamamoto (1987), é entender o ser humano enquanto um indivíduo fragmentado para, a partir dessa compreensão, exercer controle sobre ele através de mecanismos que aumentem sua produtividade a serviço do capital. Seguindo esse mandamento e buscando cumprir a demanda supracitada, profissionais do campo psi no Brasil criaram suas bases de atuação em áreas como educação, clínica e trabalho.

Dessa forma, é possível compreender o papel social da psicologia brasileira, sua relação intrínseca com o capitalismo e com a forma que a sociedade opera na atualidade.

A sociedade burguesa apresenta como uma de suas características, o desenvolvimento do que denomina como ‘tecnologia das necessidades’: as pessoas têm (ou julgam ter) necessidades que podem ser satisfeitas somente pela intermediação de um conjunto de peritos, entre os quais, os psicólogos (Yamamoto, 1987 p. 26).

Nessa dinâmica, a psicologia tem se esforçado para servir fielmente ao capitalismo, focando cada vez mais em produtividade: como podemos otimizar a produtividade do trabalhador (sob a ótica organizacional), como podemos recuperar a produtividade dessa pessoa em sofrimento psíquico (sob a ótica clínica), como podemos proporcionar mecanismos para que estudantes aumentem sua produtividade (sob a ótica escolar), e por aí vai. Assim, sobra pouco espaço para discussões estruturais.

Importante pontuar que, ao falar de *apartheid* e colonialismo, principalmente sob a ótica da questão palestina, vários profissionais da psicologia apresentam resistência. Não apenas baseado em racismo, mas também sob a ótica do fundamentalismo religioso: com base em suas crenças religiosas e em uma interpretação deturpada de seus livros sagrados, psicólogas(os/es) por todo o país defendem as ações genocidas do estado de israel. Tais pessoas, quando confrontadas por suas posturas profissionais antiéticas, se defendem atrás da ótica religiosa. Silva e Costa (2024), ao falarem sobre religiosidade e ensino de psicologia, apontam essa realidade:

Toda vez que a psicologia opta por não abordar temas que supõe não se relacionarem com sua prática profissional, ela deixa lacunas que podem ser ocupadas por todo o tipo de pessoas. Não basta só combater essa postura, é necessário educar e fazer a autocrítica para tentar compreender o que foi feito de errado para que a situação da profissão como um todo chegasse [a]onde chegou (p. 37).

Assim como é apontado brilhantemente por Makkawi (2017), a psicologia, ao se estabelecer em territórios árabes, também falhou em compreendê-los e levar em consideração as realidades que lhes eram particulares. Contudo, após a primeira Intifada, a universidade de Birzeit conseguiu, mesmo em meio a uma derrota política da Organização para a

Libertação da Palestina (OLP), criar um programa de psicologia universitária. Como descrito pelo próprio autor (traduzido de forma livre),

O programa da Universidade de Birzeit foi inspirado pela premissa de que o bem-estar psicológico do indivíduo neste contexto colonial é, em larga medida, influenciado pela colonização, opressão, repressão e exploração sionistas em curso. Buscamos examinar e demonstrar a influência da ocupação colonial em curso, da violência militar, do muro de separação colonialista, dos postos de controle, do embargo econômico, do aumento da pobreza, da dependência econômica, do encarceramento, da tortura, do assassinato de ativistas, do fechamento de escolas e da destruição sistemática da infraestrutura da comunidade palestina na saúde mental das pessoas e no aumento observado nos fatores de risco comunitários (Makkawi, 2017, p. 485).

A partir daí, baseado nos conceitos freirianos de práxis, educação dialógica e conscientização, as pessoas puderam participar de atividades envolvendo leitura crítica e reconceituação, adaptando conceitos lidos para a realidade que viviam. Além disso, a participação ativa da comunidade em projetos de pesquisa permitiu que se pudesse observar, através das pesquisas de estudantes e da participação da comunidade, as lutas para autodeterminação e a formação da identidade nacional palestina, o papel dessa identidade no processo de lidar com o trauma advindo do colonialismo, além dos efeitos do racismo do colonizador sobre essas subjetividades e as estratégias de enfrentamento das comunidades (Makkawi, 2017).

Infelizmente, o declínio quase imediato da psicologia comunitária palestina indica aquilo que Silva (2025) apresenta: “quando eu falo da psicologia enquanto ferramenta neoliberal para controle de massas, eu não falo apenas do que li na literatura acadêmica. Eu falo de coisas que eu vivo e vejo” (p. 136). A ideia de uma psicoterapia individualizante, que transforma todas as questões em individualidades, precisa ficar para trás. Costa e Mendes (2025) vão apontar: é necessário ir além dos muros da psicologia, talvez até superá-la. A proposta de uma psicologia comunitária parte justamente dessa ideia, de uma práxis que permita vislumbrar um novo horizonte. Afinal de contas, “terapia não resolve injustiça social” (Silva, 2025, p. 136).

É importante que a psicologia assuma um lugar de protagonismo em meio a essas discussões. Tais realidades não são meramente geopolíticas, mas também são psicológicas: ou devemos ignorar os efeitos psicológicos devastadores de um genocídio, como o que acontece na Palestina, na República Democrática do Congo, no Sudão e nas periferias brasileiras?

Devemos fingir que não é conosco, que não existem palestinos no Brasil, que não há pessoas que, engajadas na defesa do povo palestino (mesmo que sem vínculo genealógico com a terra), têm estado cada vez mais cansadas e deprimidas? Devemos repetir os mesmos erros do

passado, quando a psicologia ignorava questões importantes como o racismo, o capacitismo e a LGBTQIA+fobia?

Eu nunca tive vergonha de ser preta ou de ter cabelo João; o que me envergonha, isso sim, é saber que a gente vive numa situação de impotência diante da realidade, diante do mundo; por isso eu continuo batalhando, lutando, acreditando nos valores que aprendi desde pequena no seio da minha família (Nascimento, 2021, p. 137)

A psicologia brasileira tem uma oportunidade de corrigir sua trajetória, de olhar para si mesma e refazer o que vem sendo (mal) feito. Já passou o tempo da omissão, da desculpa que “não é um assunto pertinente para a psicologia”. Vimos em nossa história recente o quão prejudicial tem sido a falta de discussão política em nossos espaços, resultando numa completa despolitização e idiotização da classe – que, inclusive, nem se enxerga enquanto classe trabalhadora.

Costa e Mendes (2025) apresentam um ponto importantíssimo: não sou palestino, logo, não me proponho a falar como se soubesse tudo, tentando ensinar um povo historicamente resistente e forte como devem agir e o que devem fazer. Pelo contrário, sendo um homem negro e periférico brasileiro, compreendo que minha realidade se aproxima, em algum nível, da realidade palestina – afinal de contas, eu também sei o que é “caminhar com a cabeça na mira de uma HK” (Racionais MCs, 1997, s/p.). Isto posto,

Em nenhum momento nos consideramos porta-vozes da realidade palestina e da psicologia. No entanto, nos sentimos impelidos pela própria realidade e por um compromisso ético-político com sua transformação. Isso diz respeito à relevância de oferecer apoio e solidariedade à Palestina e aos palestinos, bem como à importância de produzir conhecimento que se engaje com a resistência palestina [...]. Juntando tudo isso, precisamos ir além da psicologia (Costa e Mendes, 2025, p. 13).

Costumo dizer que a história não cobra ninguém – se cobrasse, pessoas como o general Brilhante Ustra não teriam morrido de velhice. Entretanto, a consciência – essa, sim – cobra. Não sei se a pessoa que me lê concorda comigo, mas eu não quero olhar para trás e ver que me calei diante de um cenário de tamanha injustiça. Recomendo que a psicologia faça o mesmo.

Não permitamos que o sangue de inocentes acuse nosso silêncio conivente.

Referências

Abusidu, E. (2025). Ajustando a narrativa: a cobertura da guerra genocida em Gaza pela mídia brasileira. *Monitor do Oriente Médio*, 27 jan., 2025. Consultado em 25 de abril 2025 em

- <https://www.monitordo Oriente.com/20250127-ajustando-a-narrativa-a-cobertura-da-guerra-genocida-em-gaza-pela-midia-brasileira/>.
- Al Jazeera. (2011). Al Nakba Movie - Portuguese Subtitle (1\2) [Vídeo]. *YouTube*. <https://youtu.be/-M9Hm49sS7Y?si=idze6iSeUCWwTewF>
- Al Jazeera. (2012). Al Nakba Movie - Portuguese Subtitles (2\2) [Vídeo]. *YouTube*. <https://youtu.be/rGZymqK3roc?si=KKu59BqF455CkAv7>.
- Assi, S. (2023). A violência na Palestina e em Israel é o trágico fruto de uma opressão brutal (trad. Sofia Schurig). *Jacobina*, 09 out. 2023. Consultado em 5 de janeiro 2025 em: <https://jacobin.com.br/2023/10/a-violencia-na-palestina-e-em-israel-e-o-tragico-fruto-de-uma-opressao-brutal/>
- Balbi, C. (2025). Como imagina Trump, Gaza com praias e balada é retratada em propaganda feita por IA. *O Tempo*, 10 fev. 2025. Consultado em 25 de abril 2025 em: <https://www.otempo.com.br/mundo/2025/2/10/como-imagina-trump-gaza-com-praias-e-balada-e-retratada-em-propaganda-feita-por-ia>.
- Bakr, L. (2022). *Colheita de azeitonas: Identidade e resistência palestina*. São Paulo: Monitor do Oriente Médio.
- Beaklini, B. (2021). ONU, Palestina e o apartheid colonial do século XXI. *Monitor do Oriente Médio*, 14 jun., 2021. Consultado em 25 de abril 2025 em: <https://www.monitordo Oriente.com/20210614-onu-palestina-e-o-apartheid-colonial-do-seculo-xxi/>.
- B'Tselem (2021). Um regime de supremacia judaica do rio Jordão ao Mar Mediterrâneo: Este é o apartheid. *FEPAL*, 27 jan. 2021. Consultado em 5 de janeiro 2025 em: <http://fepal.com.br/um-regime-de-supremacia-judaica-do-rio-jordao-ao-mar-mediterraneo-este-e-o-apartheid-2/>
- Césaire, A. (1954). *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.
- Costa, D. T., & Martins, M. C. F. (2011). Estresse em profissionais de enfermagem: impacto do conflito no grupo e do poder do médico. *Revista Da Escola De Enfermagem Da USP*, 45(5), 1191–1198. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000500023>.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2021). A morte como força produtiva no capitalismo brasileiro. *Revista Fim Do Mundo*, 2(4), 87–109. <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p87-109>
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2025). Lessons from psychology in Palestine: More than psychotherapy, we need a truly community psychology. *Psychotherapy and Politics International*, 23(1), 1–15.
- Corrêa, F. (2023). Raio X carcerário: superlotação, prisão ilegal e morosidade. *Deutsche Welle [DW]*, 02 ago. 2023. Consultado em 5 de janeiro 2025 em <https://www.dw.com/pt-br/raio-x-carcer%C3%A1rio-superlota%C3%A7%C3%A3o-pris%C3%A3o-ilegal-e-morosidade/a-66422478>.
- Fanon, F. (1983). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.
- Fanon, F. (1961). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

- Fayyad, S. (2025). Existem motivos econômicos por trás do plano de Trump para controlar Gaza? *BBC*, 18 fev. 2025. Consultado em 25 de abril 2025 em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9qjqee85l4o>.
- Fiori, J. L. (2021). Faixa de Gaza 2021: um meteorito no céu do futuro. *Le Monde Diplomatique*, 01 jun. 2021. Consultado em 5 de janeiro 2025 em <https://diplomatique.org.br/faixa-de-gaza-2021-um-meteorito-no-ceu-do-futuro/>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>.
- Gaiofatto, G. (2024). Apartheid: a face oculta da ocupação israelense na Palestina [Vídeo]. *YouTube*. https://youtu.be/wIDE_ePvt6Y?si=M8-wNPn_j1S-EIKd
- Lobão, A. (2023). Empresas de Israel e os seus negócios com o governo do Brasil. *Brasil 247*. Consultado em 7 de janeiro 2025 em www.brasil247.com/blog/empresas-de-israel-e-os-seus-negocios-com-o-governo-do-brasil
- Knoploch, C. (2024). Argelino se recusa a lutar contra judoca de Israel, que responde: 'Quem sabe um dia eu possa apertar sua mão'. *O Globo*, 29 jul. 2024. Consultado em 25 de abril 2025 em <https://oglobo.globo.com/esportes/olimpiadas/noticia/2024/07/29/judoca-israelense-manda-mensagem-a-rival-argelino-que-se-recusou-a-lutar-contr-a-ele-quem-sabe-um-dia-haja-paz-e-eu-possa-apertar-a-sua-mao.ghtml>.
- Makkawi, I. (2017). The rise and fall of academic community psychology in Palestine and the way forward. *South African Journal of Psychology*, 47(4), 482–492. <https://doi.org/10.1177/0081246317737945>.
- Marques, K. (2024). Como política e esporte se misturam em Paris 2024. *Mídia Ninja*, 09 ago. 2024. Consultado em 25 de abril 2025 em <https://midianinja.org/como-politica-e-esporte-se-misturam-em-paris-2024/>.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: N1 Edições.
- Nascimento, M. B. (2022). *O negro visto por ele mesmo*. São Paulo: Ubu.
- Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. (2022). *Israel: UN experts condemn record year of Israeli violence in the occupied West Bank* [Press release]. Consultado em 5 de janeiro 2025 em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/12/israel-un-experts-condemn-record-year-israeli-violence-occupied-west-bank-0>.
- Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. (2024). *Onslaught of violence against women and children in Gaza unacceptable: UN experts* [Press release]. Consultado em 25 de abril 2025 em <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/05/onslaught-violence-against-women-and-children-gaza-unacceptable-un-experts>.

- Pironet, O. (2019). Em Gaza, um povo enjaulado. *Le Monde Diplomatique*, 02 set. 2019. Consultado em 7 de janeiro 2025 em <https://diplomatie.org.br/em-gaza-um-povo-enjaulado/>.
- Racionais MCs (1997). Diário de um Detento. In *Sobrevivendo no Inferno* (faixa número 7). São Paulo: Cosa Nostra.
- Ricardo, C., & Bueno, S. (2024). A perigosa radicalização das polícias. *Quatro cinco um*, 01 out. 2024. Consultado em 7 de janeiro 2025 em <https://quatrocincoum.com.br/artigos/laut/a-perigosa-radicalizacao-das-policias/>.
- Schwarz, A. (Diretor). (2022). *Tantura* [Filme]. Journeyman Pictures.
- Silva, F. C. (2023). *'Eu acredito é na rapaziada': permanência de estudantes negros/as e periféricos/as na universidade*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília).
- Silva, J. G. S. Jr., & Costa, I. I. (2024). Relação entre saber psicológico e religiosidade de estudantes universitários brasileiros. *Revista Mosaico*, 16 (25), 20-40. <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/90470/86055>.
- Silva, J. G. S. Jr. (2025). *“Tema da faculdade em que não pode pôr os pés”: a produção acadêmica sobre raça e racismo na psicologia versus as vivências da juventude negra no curso*. (Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Brasília).
- Singh, K. (2025). Timeline: Trump's remarks on plan to take over Gaza, displace Palestinians. *Reuters*, 07 abr. 2025. Consultado em 25 de abril 2025 em <https://www.reuters.com/world/middle-east/trumps-remarks-plan-take-over-gaza-displace-palestinians-2025-02-20/>.
- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs [OCHA]. (2025). *Reported impact snapshot. Gaza Strip (25 March 2025)*. Consultado em 25 de abril 2025 em <https://www.ochaopt.org/content/reported-impact-snapshot-gaza-strip-25-march-2025>.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: EDICON.
- Zarur, C. (2023). Sob Cláudio Castro, Rio tem recorde de operações policiais. *Folha de S. Paulo*, 13 jun., 2023. Consultado em 5 de janeiro 2025 em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/sob-claudio-castro-rio-tem-recorde-de-operacoes-policiais.shtml>

Fecha de recepción: 10 de enero de 2025

Fecha de aceptación: 02 de mayo de 2025